

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 – Constituem-se como elementos ou requisitos do ato administrativo, exceto:

- a) Forma.
- b) Discricionariedade.
- c) Objeto.
- d) Finalidade.

2 – A modalidade de intervenção estatal que gera a transferência da propriedade de seu dono para o Estado é:

- a) A desapropriação.
- b) A servidão administrativa.
- c) A requisição.
- d) O tombamento.

3 – De acordo com a lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e Contratos Administrativos, são modalidades de licitação, exceto:

- a) Pregão.
- b) Concorrência.
- c) Concurso.
- d) Tomada de preços.

DIREITO CONSTITUCIONAL

4 – Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:

- a) Às leis complementares.
- b) Às leis ordinárias.
- c) Às emendas constitucionais.
- d) Aos decretos legislativos.

5 – A homologação de sentenças estrangeiras é de competência:

- a) Da Justiça Federal do local onde tem domicílio o interessado.
- b) Do Tribunal Regional Federal da região onde tem domicílio o interessado.
- c) Do Supremo Tribunal Federal.
- d) Do Superior Tribunal de Justiça.

6 – Um dos grupos ou pessoas abaixo nomeados certamente não é legitimado para intentar Ação Direta de Inconstitucionalidade:

- a) O Presidente da República.
- b) A Mesa da Assembleia Legislativa.
- c) Entidade de classe de âmbito municipal ou estadual.
- d) Partido político, desde que possua representação no Congresso Nacional.

7 – A respeito da disciplina constitucional da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) As funções de confiança e os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- b) os atos de improbidade administrativa importação a cassação de direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) A vinculação de espécies remuneratórias no serviço público é vedada, mas admite-se a equiparação salarial.
- d) O direito de greve é assegurado ao servidor público civil, devendo ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

DIREITO CIVIL

8 – De acordo com a Lei nº 10.406/2002 - Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Salvo por exigência médica, é permitido o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- b) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- c) A existência da pessoa natural termina com o nascimento, presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.
- d) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.

9 – O atributo da pessoa natural, conferido pela legislação civil, que a qualifica a firmar negócios de grandes riscos, sem auxílio ou intervenção de outra pessoa, e, conseqüentemente, a assumir eventuais perdas refere-se à

- a) aptidão.
- b) Titularidade.
- c) Capacidade.
- d) Vontade.

10 – De acordo com o Código Civil, a incapacidade das pessoas menores de dezoito anos

- a) Cessará pela morte de ambos os pais.
- b) É sempre absoluta.
- c) É sempre relativa.
- d) Cessará pela colação de grau em curso superior.

11 – Quando as partes cumprem integralmente as prestações contratuais, ocorre a extinção do contrato decorrente de

- a) Conclusão do objeto.
- b) Término de prazo.
- c) Rompimento tempestivo.
- d) Rescisão compulsória.

DIREITO PENAL

12 – Acerca do local do crime, tempo do crime e do concurso de agentes, assinale a assertiva incorreta:

- a) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- c) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições objetivas do tipo, mesmo quando elementares do crime.

13 – Segundo o Código Penal brasileiro, são causas de extinção da punibilidade, exceto:

- a) Prescrição, decadência ou preempção.
- b) O perdão judicial, nos casos previstos em lei.
- c) A renúncia ao direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação pública.
- d) A retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.

14 – No tocante aos crimes de estelionato (art. 171, CP), furto (art.

155, CP), roubo (art. 157, CP), apropriação indébita comum (art. 168, CP), e previdenciária (art. 168-A, CP), assinale a assertiva correta:

- a) O crime de estelionato (art. 171, CP) tem previsão de pena de detenção de um a cinco anos, e multa.
- b) No crime de furto (art. 157, CP) a pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.
- c) O crime de roubo (art. 157, CP) prevê pena de detenção, de quatro a dez anos, e multa.
- d) Considera-se apropriação indébita previdenciária repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional.

15 – Acerca dos crimes praticados por funcionário público e particular contra a administração (arts. 312 a 337-A, CP) é correto afirmar que:

- a) Quem desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela, está sujeito à pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.
- b) O crime de peculato prevê a pena de reclusão, de dois a doze anos, apenas.
- c) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- d) Considera-se corrupção passiva “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício”.

DIREITO TRIBUTÁRIO

16 – Um dos princípios basilares do direito tributário estabelece que o Estado deve tributar as pessoas de acordo com as suas capacidades econômicas, de modo que os mais ricos

contribuam mais em relação aos mais pobres, de forma progressiva. Trata-se do princípio

- a) Da capacidade contributiva.
- b) Do não confisco.
- c) Da igualdade tributária.
- d) Da proporcionalidade.

17 – Acerca do sujeito ativo da obrigação tributária, é correto afirmar que

- a) Se trata do sujeito obrigado à emissão da nota fiscal em favor do tomador do serviço ou comprador da mercadoria, nos tributos indiretos.
- b) É a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, independentemente da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações acessórias.
- c) É chamado de contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- d) É a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o cumprimento da obrigação tributária.

18 – O Código Tributário Nacional (CTN), ao apresentar as espécies do gênero dos tributos, adotou a chamada teoria tricotômica. Assim, A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

- a) As taxas, a contribuição de melhoria e a contribuição social.
- b) Os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria.
- c) Os impostos, as taxas e a contribuição social.
- d) A contribuição de melhoria, os impostos e o empréstimo compulsório.

SEGURIDADE SOCIAL

19 – Com relação ao tema da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva correta:

- a) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar somente os direitos relativos à saúde e à previdência.
- b) A organização da Seguridade Social não possui como um de seus objetivos a universalidade da cobertura e do atendimento.
- c) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- d) A organização da Seguridade Social possui como um de seus objetivos a redutibilidade do valor dos benefícios.

20 – São objetivos inerentes à Assistência Social, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

- a) A redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.
- b) A garantia de um quarto do salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
- c) A equidade na forma de participação no custeio.
- d) A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

21 – De acordo com a Lei 8.213/1991, assinale a alternativa incorreta:

- a) O benefício de auxílio-doença exige como período de carência a

comprovação de 12 (doze) contribuições mensais.

- b) O benefício de auxílio-reclusão exige como período de carência a comprovação de 24 (vinte e quatro) contribuições mensais.
- c) O benefício de aposentadoria por invalidez exige como período de carência a comprovação de 12 (doze) contribuições mensais.
- d) O benefício de auxílio-acidente exige como período de carência a comprovação de 10 (dez) contribuições mensais.

22 – No que tange ao benefício de auxílio-doença, segundo os ditames da Lei 8.213/1991, assinale a alternativa correta:

- a) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido na lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
- b) Não será devido o auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado.
- c) O segurado em gozo de auxílio-doença na data do recolhimento à prisão não terá o benefício suspenso.
- d) O segurado que durante o gozo do auxílio-doença vier a exercer atividade que lhe garanta subsistência não poderá ter o benefício cancelado a partir do retorno à atividade.

23 – Em relação ao benefício de salário-maternidade, assinale a alternativa correta.

- a) O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na

legislação no que concerne à proteção à maternidade.

- b) Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 90 (noventa) dias.
- c) O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a metade de sua remuneração.
- d) A percepção do salário-maternidade, não está condicionada ao afastamento do segurado do trabalho ou da atividade desempenhada.

24 – No que concerne ao benefício de pensão por morte, marque a alternativa incorreta:

- a) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data da decisão judicial, no caso de morte presumida.
- b) Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.
- c) Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- d) Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado,

como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, mesmo quando se tratar de absolutamente incapazes e inimputáveis.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

25 – Assinale a alternativa que contém hipótese de competência absoluta:

- a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- b) É competente o foro, para a ação de divórcio, de domicílio do guardião de filho incapaz.
- c) É competente o foro do lugar do ato ou fato para a ação de reparação de dano.
- d) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa.

26 – A justiça federal é competente para o julgamento das seguintes causas, exceto:

- a) mandado de segurança em face de ato do gerente do INSS.
- b) ações de falência de interesse da União.
- c) ações envolvendo disputa sobre direitos indígenas.
- d) causas entre Estado estrangeiro e Município.

27 – Acerca das condições da ação, assinale a alternativa que contém a teoria adotada pelo ordenamento processual civil atual:

- a) abstrata
- b) imanentista
- c) eclética
- d) concreta

28. As situações abaixo listadas constituem causas de extinção do processo sem resolução do mérito, exceto:

- a) a renúncia à pretensão formulada na ação.
- b) a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- c) acolhimento da alegação de existência de convenção de arbitragem.
- d) a existência de preempção

29 – Considere as situações seguintes:

I. O parto, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa.

II. A morte da parte, em ação que for considerada intransmissível por disposição legal.

III. A admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.

Constituem causas de suspensão do processo o que consta APENAS em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

30 – Acerca do Mandado de Segurança, assinale a alternativa correta:

- a) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial.
- b) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- c) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência.
- d) Equiparam-se às autoridades, para os efeitos de Mandado de Segurança, os

representantes ou órgãos de partidos políticos.

PROCESSO PENAL

31 – O inquérito policial é um procedimento de natureza administrativo que tem por finalidade a colheita de elementos de informação quanto à autoria e materialidade da infração penal, a fim de possibilitar que o titular da ação penal possa ingressar em juízo. Sobre o tema assinale a opção incorreta:

- a) O prazo para conclusão do inquérito policial é de 10 dias para réu preso a partir da ordem de execução da prisão e 30 dias para réu que estiver solto
- b) O juiz pode usar as provas obtidas no inquérito para fundamentar sua decisão.
- c) Verificando que não há prova material suficiente, a autoridade policial pode arquivar os autos do inquérito policial
- d) O inquérito policial é dispensável para a ação penal desde que a denúncia esteja com um lastro probatório mínimo nos elementos exigidos em lei.

32 – Sobre Ação Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) No caso de morte do ofendido, o direito de representação só cabe aos ascendentes e descendentes.
- b) É irretratável a representação depois de oferecida a denúncia
- c) O prazo para o aditamento da queixa será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos
- d) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de

todos, cabendo ao Ministério Público velar pela sua divisibilidade;

33 – Em uma ação penal privada, Renata resolveu perdoar Josué pelo crime cometido. Considerando o disposto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta sobre o perdão do ofendido

- a) Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.
- b) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, independentemente de aceite pelos demais.
- c) A aceitação do perdão fora do processo independe de declaração.
- d) O perdão poderá ser aceito por procurador, independentemente de poderes especiais.

34 – No dia 17 de dezembro de 2019, Francisco, após discussão com Antonieta foi até o comércio dela, aguardou na espreita o fechamento do estabelecimento, adentrou ao local e destruiu grande parte da mercadoria disponibilizada para a venda. No dia seguinte, ao saber do fato, Antonieta se dirigiu à unidade policial mais próxima e noticiou o fato e requereu a instauração da investigação criminal. O Escrivão de plantão registrou a ocorrência policial noticiada e juntou o requerimento apresentado pela vítima ao boletim de ocorrência. O crime de dano com prejuízo considerável para a vítima tem cominada a pena de detenção, de seis meses a três anos, e multa, crime este de ação penal privada. De acordo com

a situação hipotética é correto afirmar que

- a) Por se tratar de crime de ação penal privada para a instauração da investigação criminal, conforme previsto no Código de Processo Penal, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito após requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- b) O procedimento de investigação a ser instaurado é o Termo Circunstanciado de Ocorrência, por se tratar de infração de médio potencial ofensivo. Como o crime é de ação penal privada, a conciliação em audiência preliminar acarretaria a renúncia ao direito de queixa, causa extintiva de punibilidade.
- c) A notícia criminis descrita na situação hipotética é denominada notícia direta ou imediata em razão da própria vítima ter se dirigido à unidade policial para registrar a ocorrência e ter apresentado o requerimento solicitando a instauração do inquérito.
- d) O requerimento deve ser dentro do prazo decadencial de 5 (cinco) meses, contado, em regra, do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.

JUIZADOS ESPECIAIS

35 – Sobre a Lei 9.099 é correto afirmar:

- a) Cabe sursis processual nos crimes em que a pena máxima não seja superior a 2 anos.
- b) Durante o prazo de suspensão do processo, a prescrição não fica suspensa.
- c) Segundo a Lei n. 9.099/1995, a lesão corporal leve ou grave será processada mediante ação penal pública condicionada à representação.

d) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

36 – Em relação aos juizados especiais federais (JEF), é correto afirmar:

- a) É obrigatória a representação do advogado na causa.
- b) Não é admitido reexame necessário, nas causas de competência do JEF.
- c) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Federal, a sua competência é relativa.
- d) Microempresa não pode ser parte autora no Juizado Especial Federal.

37 – Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas da competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, dentre as quais, as causas:

- a) Que tenham por objeto impugnação de pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- b) De desapropriação, de divisão, demarcação, populares, executivos fiscais e por improbidade administrativa.
- c) Para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária e o lançamento fiscal.
- d) Que tenham por objeto a impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

38 - No que se ao hardware dos computadores, assinale a opção que contém dispositivos que operam exclusivamente na entrada de dados a serem processados:

- a) pendrive e plotter (tipo de impressora)
- b) pendrive e scanner
- c) teclado e plotter (tipo de impressora)
- d) teclado e scanner

39 – João, Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, deseja alterar um texto no Word para colocar o estilo de formatação justificado. Nessa situação, as teclas que deverá acionar no teclado são, respectivamente:

- a) CTRL + E
- b) CTRL + Q
- c) CTRL + G
- d) CTRL + J

40 – Para realizar acessos de modo seguro a sites nos quais são inseridos dados pessoais, tais como informações de documentos e dados bancários, é essencial que se verifique na linha de endereço do navegador se o site usa um protocolo que aplica certificados digitais para garantir segurança. Esse protocolo é conhecido como:

- a) igmps.
- b) http.
- c) https.
- d) imaps.